

2º ANÚNCIO

POLÍTICA NACIONAL DE PRECATÓRIOS

Quero também registrar os avanços substantivos que estamos promovendo no tema da política nacional de precatórios.

Neste eixo, estamos trabalhando em três frentes: a nova resolução da política judiciária sobre o tratamento adequado de precatórios; a regulamentação das cessões de crédito, construída a partir do trabalho conjunto entre o CNJ e o Banco Central do Brasil; e a revisão global da resolução sobre precatórios, à luz das novas regras constitucionais, que deverá estar pronta para apreciação deste Plenário ainda em outubro.

A audiência pública realizada no dia 09 de setembro, sob condução da Conselheira Andrea Esmeraldo, foi decisiva para ouvir os diversos atores, amadurecer soluções e conferir segurança à construção desses novos marcos.

Mas norma sem instrumentos de concretização é promessa incompleta. Por isso, em outubro lançaremos a Calculadora do Cidadão de Precatórios, que permitirá a qualquer pessoa conhecer o valor atualizado de seu crédito. Em novembro, será a vez do Painel Nacional de Dados, reunindo, pela primeira vez, informações sobre os precatórios de todo o país.

A transformação é também tecnológica. O SISPREQ já está em fase de implantação em dez tribunais. Avançamos, ainda, na construção do Portal Nacional de Cessões de Crédito de Precatórios, em parceria com o Colégio Notarial e com as registradoras controladas pelo Banco Central. Queremos conferir segurança, transparência e rastreabilidade a um mercado que movimenta direitos. Um precatório não é apenas um número inscrito em orçamento. É uma dívida reconhecida pelo Estado e um direito que alguém espera ver cumprido.

Portanto, estamos construindo, passo a passo, uma verdadeira política nacional de tratamento adequado dos precatórios, apoiada em regulação, tecnologia, dados e transparência. O compromisso é simples: fazer com que o Estado que reconhece uma dívida seja também capaz de organizar, com segurança e eficiência, o caminho para pagá-la.

Por tudo isso, louvo o trabalho da Conselheira Andrea Esmeraldo, do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Benedito Gonçalves, que tem fiscalizado de modo incansável pagamentos irregulares, e da juíza Paula Navarro. O CNJ tem cumprido papel decisivo para a efetividade de direitos e para a transparência de mercados no Brasil. Seguiremos nessa direção.